

# SINDICATOS NO BRASIL HOJE: DILEMAS APRESENTADOS PELA SINDICALIZAÇÃO

André Gambier Campos\*

## 1 INTRODUÇÃO

Este texto tem por foco a organização coletiva do trabalho, que ocorre por meio da associação de trabalhadores a sindicatos.<sup>1</sup> Nos anos 1990, devido a eventos ocorridos na economia brasileira, esta associação enfrentou uma crise expressiva. As bases sindicais contraíram-se (ou seja, reduziram-se) e, ao mesmo tempo, tornaram-se mais rarefeitas. Nos anos 2000, apesar de a economia ter colaborado bastante, a associação dos trabalhadores aos sindicatos não avançou significativamente.

Com efeito, os anos 2000 registraram um descolamento entre as dinâmicas laboral e sindical. Por um lado, a primeira avançou mediante a criação de milhões de novos empregos, na esteira dos eventos ocorridos na economia. Por outro, a segunda não progrediu – ou, ao menos, não tanto quanto poderia –, pois os sindicatos alcançaram apenas uma fração dos trabalhadores ocupantes desses novos empregos. Ou seja, as bases sindicais se ampliaram, mas raramente se adensaram.

O que poderia estar por trás desse descompasso entre as dinâmicas laboral e sindical nos anos 2000? O que poderia explicar a rarefação das bases, apesar de sua ampliação concomitante? A fim de esboçar algumas respostas a estes questionamentos este texto levanta algumas hipóteses, situadas em três campos de discussão. O primeiro é o da economia, em que a atuação dos sindicatos encontra ressonância limitada. O segundo é o da demografia/sociedade. Por fim, o terceiro é o da política, no qual os sindicatos têm mais possibilidades de atuação, e de encontrar ressonância efetiva.

## 2 SINDICATOS NOS ANOS 1990

Se os anos 1980 evidenciaram o ressurgimento dos sindicatos como atores relevantes na esfera pública (Abramo, 1986; Maroni, 1982; Sader, 1988; Telles, 1985) os anos 1990 apontaram no sentido inverso. Por questões vinculadas às transformações da estrutura

---

\* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. *E-mail*: <andre.campos@ipea.gov.br>.

1. Ressalte-se que, ao analisar a associação de trabalhadores, este texto concentra-se em alguns tipos específicos, como aqueles: *i*) que trabalham em empresas privadas, situadas na indústria de transformação; e *ii*) que são contratados por meio de vínculos de trabalho assalariado e formalizado, segundo os parâmetros vigentes na regulação laboral. Em boa medida, esses trabalhadores correspondem àqueles que, a partir do final dos anos 1970, mobilizaram-se e trouxeram os sindicatos de volta à esfera pública brasileira. Os exemplos podem ser vários, destacando-se os trabalhadores metalúrgicos, os petroleiros e os químicos, entre outros.

econômica (Cano, 2000; Castro, 1995; Cruz, 2007; Fiori, 2004; Hirata, 1993; Toledo, 2000), bem como às dificuldades da conjuntura econômica, os coletivos de trabalhadores passaram a se defrontar com desafios em sua organização e também em sua atuação.

Mencione-se que esses desafios já foram estudados sob diversas óticas e estão vinculados ao chamado processo de informalidade (Cacciamali, 2000). No âmbito laboral, esse processo incluiu a elevação do desemprego, a multiplicação de tipos de contrato, a contratação de trabalho sem observância das regras laborais, a subcontratação do trabalho por meio de contratos civis ou comerciais, a expansão do trabalho em pequenos empreendimentos.

Já no âmbito sindical, esses problemas relacionados ao processo de informalidade fizeram com que os sindicatos assistissem à contração e à rarefação de suas bases de apoio, por meio dos seguintes mecanismos (Cardoso, 1999, 2003; Ernst, 2003; Hyman, 1996; Pries e Dombois, 1998): *i*) o desemprego fez com que diversos grupos de trabalhadores deixassem de pertencer às bases dos sindicatos; *ii*) a redução do assalariamento ou, de modo alternativo, a sua ampliação em pequenos empreendimentos também fez com que vários grupos deixassem as bases sindicais (enraizadas nos maiores empreendimentos); *iii*) a crise dos empreendimentos industriais (particularmente afetados pelas transformações da estrutura econômica nos anos 1990) incidiu sobre diversos grupos que, tradicionalmente, integravam as bases dos sindicatos mais fortes; *iv*) o deslocamento de empreendimentos pelo território (rumo a *green fields*) também fez com que diversos grupos de trabalhadores deixassem de pertencer às bases sindicais (enraizadas nos chamados *brown fields*); *v*) mesmo quando o assalariamento se manteve, a implantação de novas formas de produção (ohnistas, toyotistas etc.) implicou uma reorganização e, frequentemente, uma fragmentação das bases dos sindicatos (por conta da multiplicação dos tipos de contratos laborais, das condições de trabalho, dos tipos de remuneração, dos tipos de garantias etc.); *vi*) a implementação dessas novas formas de produção, especialmente sensíveis a descontinuidades nos processos produtivos, resultou em uma disputa renovada e acentuada pela lealdade dos trabalhadores, entre as empresas e os sindicatos (e, em não raros casos, estes últimos saíram perdendo); e *vii*) mesmo quando o assalariamento se manteve, a diminuição da remuneração do trabalho fez com que os recursos financeiros à disposição dos sindicatos diminuíssem (prejudicando, desse modo, sua capacidade de organização e atuação).

Em suma, devido a mudanças ocorridas na estrutura e na conjuntura econômica, os anos 1990 presenciaram o que se denominou processo de informalidade. Tal processo teve implicações no âmbito laboral e sindical, entre as quais se destacaram, respectivamente, a contração e a rarefação das bases dos sindicatos de trabalhadores. E, por conta dessas implicações, tais sindicatos passaram a enfrentar múltiplos e variados desafios, tanto em sua organização como em sua atuação (Alves, 2005; Cardoso, 1999, 2003).

### 3 SINDICATOS NOS ANOS 2000

Se os números sobre o emprego e a sindicalização indicam as dificuldades enfrentadas pelos sindicatos nos anos 1990, nos anos 2000 apontam em sentido contrário – ao menos no que se refere aos números sobre o emprego. Em toda a economia, inclusive na indústria de transformação, a quantidade de ocupações assalariadas aumentou de modo relevante até 2011. E o curioso é que a sindicalização praticamente não acompanhou esse aumento, fenômeno que se torna visível quando observado sob a perspectiva relativa (ou seja, sob a perspectiva da taxa de sindicalização).

No que diz respeito aos números sobre o emprego, apesar de eles indicarem que a estrutura e a conjuntura econômicas tiveram efeitos mais positivos sobre a dinâmica laboral nos anos 2000, tais impactos não parecem ter alcançado inteiramente a dinâmica sindical. Analisada sob a ótica relativa, que leva em conta a taxa de sindicalização, esta última não apresentou um avanço, mas sim um recuo – especialmente no que tange aos sindicatos que estão no foco principal deste texto: os da indústria de transformação (sindicatos metalúrgicos, químicos etc.).<sup>2</sup>

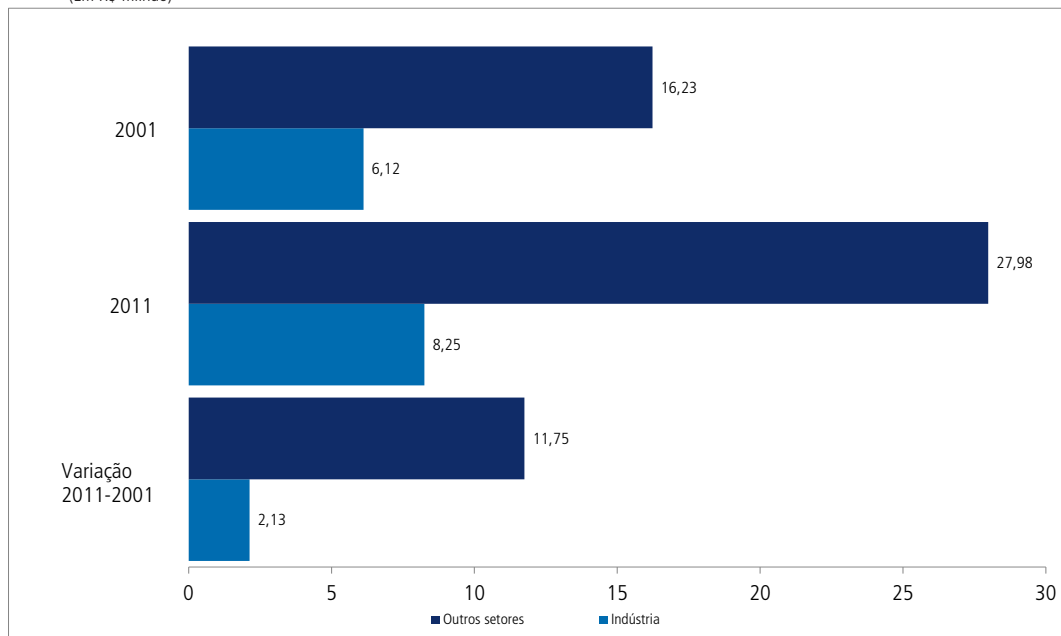
Como explicações para a dinâmica laboral, a literatura aponta para uma série de mudanças na estrutura da economia nos anos 2000, situadas no plano macro e, com frequência, associadas ao Estado. Elas responderam, em alguma medida, pela constituição de um novo modelo de acumulação no Brasil, distinto daquele verificado nos anos 1990 (Baltar *et al.*, 2010; Barbosa, 2011; Berg, 2011; Berg e Tobin, 2011; Cacciamali, 2010, 2011; Cacciamali e Cury, 2012; Cacciamali, Bobik e Celli Júnior, 2012; Cardoso Júnior, 2007; Fiori, 2006; Marinakis, 2011; Medeiros, 2006; OIT, 2010; Pinto, 2013).

Em termos de conjuntura, talvez se possa dizer que as mudanças na estrutura econômica fizeram com que a dinâmica do produto interno bruto (PIB) se mostrasse mais positiva ao longo dos anos 2000,<sup>3</sup> tendo isso um impacto, também, positivo sobre a dinâmica laboral, na qual se destacou principalmente o avanço do assalariamento.

No conjunto da economia (com exceção da indústria), entre 2001 e 2011, o número de empregados foi de 16,23 milhões para nada menos que 27,98 milhões. Isso significou um crescimento de 11,75 milhões em termos absolutos e de 72,4% em termos relativos (gráfico 1).

GRÁFICO 1

**Brasil: emprego e variação do emprego, privado e registrado, na indústria de transformação e em outros setores econômicos (2001-2011)**  
(Em R\$ milhão)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE).

2. A respeito das várias controvérsias em torno da taxa de sindicalização, em especial, se ela consiste em bom indicador de força da organização e da atuação sindical no caso brasileiro, ver Martins (1989), Rodrigues (1979), Cardoso (1999, 2003) e Cardoso, Comin e Campos (1997).

3. Ressalte-se que outras mudanças, não relacionadas à esfera da economia, mas sim à da demografia, da sociedade e da política, também são apontadas pela literatura já citada como “concausas” da dinâmica econômica e laboral durante os anos 2000.

Na indústria como um conjunto, o número de empregados passou de 6,12 milhões em 2001 para 8,25 milhões em 2011. Isso representou um aumento de 2,13 milhões em termos absolutos e de 34,8% em termos relativos – percentual que se mostrou significativo, comparado com o visto nos anos 1990 (gráfico 1).

Ainda considerando o setor indústria, o assalariamento avançou em quase todos os seus treze segmentos, destacando-se os de: *i*) têxteis, vestuários, couros e calçados; *ii*) alimentos, bebidas e fumo; *iii*) materiais químicos (derivados de petróleo, gás, álcool etc.); *iv*) materiais e equipamentos de transporte; *v*) máquinas e equipamentos industriais; e *vi*) materiais siderúrgicos e metalúrgicos.

Em resumo, tratando-se da dinâmica laboral, registrou-se um avanço marcante no assalariamento ao longo dos anos 2000, contrariamente ao que se verificou nos anos 1990. Seja na indústria, seja na economia mais ampla, um grande número de empregos foi criado, resultando em uma ampliação equivalente das bases dos sindicatos de trabalhadores.

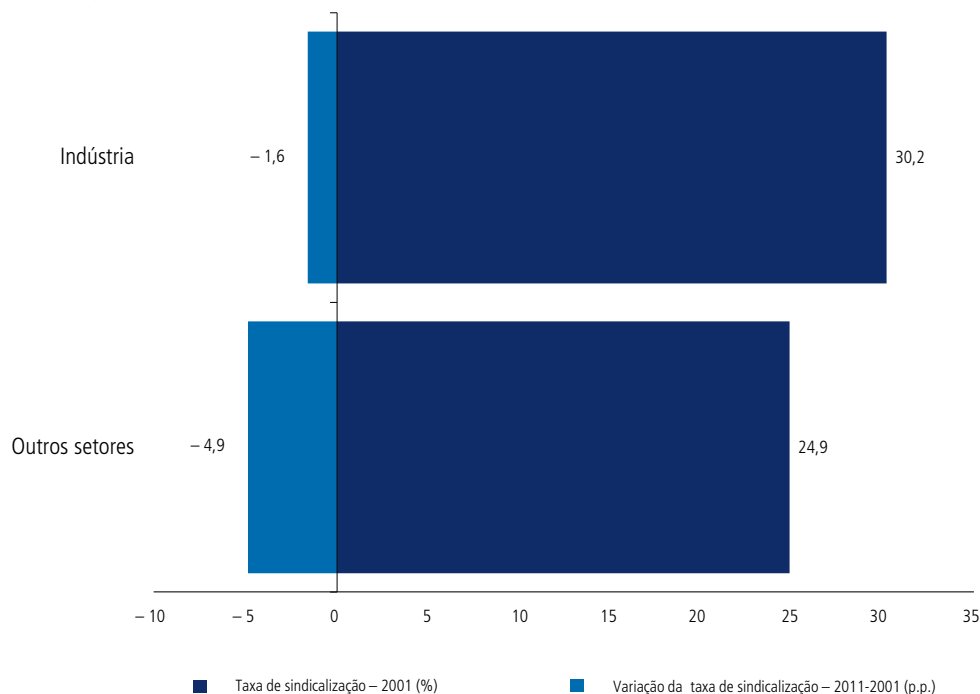
Isso esteve vinculado às mudanças ocorridas no período, que alteraram a estrutura da economia e se refletiram em sua conjuntura. Entre 2001 e 2011, o PIB cresceu mais e de maneira mais equilibrada e estável. A dinâmica laboral beneficiou-se claramente disso, ainda que a sindical, não. Na verdade, chama a atenção o descolamento entre ambas as dinâmicas, com as bases dos sindicatos se ampliando, mas não necessariamente se tornando mais densas.

Na economia como um conjunto (com exceção da indústria), a taxa de sindicalização encolheu de 24,9% para 20,0% – uma oscilação de –4,9 pontos percentuais (p.p.). Já no conjunto da indústria, essa taxa diminuiu de 30,2% para 28,6% entre 2001 e 2011 – uma variação de –1,6 p.p. (gráfico 2).

GRÁFICO 2

**Brasil: taxa de sindicalização dos empregados (2001) e variação da taxa de sindicalização dos empregados, na indústria de transformação e em outros setores econômicos (2001-2011)**

(Em % e p.p.)



Fonte: PNAD/IBGE.

Dentre os treze segmentos da indústria, nada menos que nove exibiram diminuição na taxa de sindicalização no período, contra apenas quatro que mostraram aumento. Ou seja, nos anos 2000, as bases dos sindicatos quase sempre se ampliaram. Mas, de forma concomitante e frequente, elas se rarefizeram.

Este foi o caso, inclusive, dos segmentos que contavam com algumas das taxas de sindicalização mais elevadas em 2001: *i)* extração de petróleo e gás; *ii)* materiais e equipamentos de transporte; *iii)* máquinas e equipamentos industriais; e *iv)* materiais siderúrgicos e metalúrgicos.

Em outros segmentos, as bases dos sindicatos se adensaram, com destaque para: *i)* materiais e equipamentos diversos (que, nos anos 2000, foi o único a sofrer contração do número de trabalhadores em sua base); *ii)* alimentos, bebidas e fumo; e *iii)* materiais jornalísticos, editoriais e gráficos. De toda forma, esses segmentos, em que os sindicatos conseguiram adensar suas bases, mostraram-se bastante minoritários na indústria.

#### 4 ALGUMAS HIPÓTESES

Enfim, com enfoque principalmente na indústria, o que poderia explicar esse descompasso entre a dinâmica laboral e a sindical? Por que, apesar de se ampliarem (com maior número de trabalhadores as integrando), as bases sindicais se tornaram mais rarefeitas na maior parte dos segmentos industriais? Nos anos 1990, o fenômeno da rarefação podia ser mais compreensível, dado o acontecimento simultâneo da contração das bases. Mas, nos anos 2000, não parece haver explicação evidente para isso, ainda que existam algumas hipóteses, situadas em três campos de discussão.

O primeiro é o da economia, em que a atuação dos sindicatos encontra ressonância limitada, tendo em vista que este é dominado pelo Estado (em sua esfera federal) e pelas empresas. O segundo é da demografia/sociedade. Por fim, o terceiro é o da política, no qual os sindicatos têm maiores possibilidades de atuação, e de encontrar ressonância efetiva.

No campo da economia, as hipóteses a serem levantadas para a ausência de avanço na dinâmica sindical nos anos 2000 estão associadas à continuidade do modelo que, em âmbito *micro*, dominou a indústria brasileira a partir dos anos 1990.

Está se falando de fenômenos como: *i)* a desverticalização/terceirização dos processos produtivos das empresas; *ii)* o deslocamento das unidades pelo território (nacional, regional ou mesmo mundial); *iii)* a implantação de novas organizações dos processos (ohnismo, toyotismo etc.); e *iv)* a ampliação do controle sobre as atividades produtivas pelas empresas, excluindo os trabalhadores dessa seara.

Esses fenômenos começaram a ser registrados no Brasil durante os anos 1990. E implicaram obstáculos vários para a organização e a atuação sindical, que foram colocadas na berlinda desde então. A literatura demonstra que, dentre outros desdobramentos, isso tendeu a afetar a filiação aos sindicatos, fenômeno aqui destacado (Castro, 1995; Hirata, 1993; Toledo, 2000).

Se, nos anos 2000, a economia brasileira avançou com base nesse mesmo modelo, calcado na desverticalização, na realocação e na reorganização produtiva, não seria inusitado se os sindicatos continuassem a enfrentar dificuldades para se organizar e atuar, sendo elas refletidas nas dificuldades em afiliar um número maior de trabalhadores.

O segmento de materiais/equipamentos de transporte, que sempre contou com elevada filiação sindical, talvez seja um exemplo. Nos anos 2000, as manufaturas antigas continuaram a passar por um extenso e profundo ajuste produtivo, que incluiu diversos dos fenômenos citados – como desverticalização e reorganização. Em paralelo, novas manufaturas surgiram no país, já sob o figurino da produção ohnista/toyotista, em localidades tipicamente *green field*. É possível que isso tenha dificultado a filiação de um maior número de trabalhadores nesse segmento.

No campo da demografia/sociedade, as hipóteses aventadas para a falta de avanço na dinâmica sindical nos anos 2000 estão vinculadas ao perfil dos trabalhadores, considerado em termos adscritos (tratando-se de atributos como idade, sexo e cor), adquiridos (atributos como escolarização, área de residência e migração) e, também, ocupacionais (atributos como porte do estabelecimento, tempo de ocupação e remuneração dos trabalhadores).

Pode ser que a dinâmica laboral dos anos 2000, caracterizada pela criação de uma quantidade expressiva de novos empregos, tenha feito com que quantidade semelhante de trabalhadores conseguisse, pela primeira vez em suas vidas, assumir um vínculo assalariado. Desse modo, a filiação a sindicatos pode ser um fenômeno inédito para esse contingente, que pode não enxergar claramente vantagens nesse ato, do ponto de vista individual ou mesmo coletivo.

Alguns indícios que podem sustentar tais hipóteses são encontrados na literatura (Cardoso, Comin e Campos, 1997), que afirmam que trabalhadores jovens e/ou com pouco tempo de vínculo assalariado têm menores chances de sindicalização. E é provável que justamente esse grupo tenha aumentando sua participação no total do emprego nos anos 2000, na esteira das novas vagas criadas.

Por fim, no campo da política, as hipóteses a serem levantadas para a falta de avanço na dinâmica sindical estão relacionadas à possibilidade de “conformação” a determinados aspectos da regulação sindical. Esta última, com uma extensa história corporativa, foi desafiada pelos sindicatos que passaram a ocupar a esfera pública desde o final dos anos 1970. Por meio da atuação em inúmeras greves, da organização nos locais de trabalho, do embate com o ministério e a justiça laboral, da criação de uma central e de um partido político, entre vários outros meios, tais sindicatos contestaram a regulação sindical instituída no Brasil.

É verdade que, a partir dos anos 1990, parcela da literatura questionou em que medida essa regulação foi efetiva e concretamente posta em xeque – perguntando se, na verdade, ela não serviu à organização e à atuação dos próprios sindicatos (Boito Júnior, 1991, 1994). Entre outras coisas, afirmou-se que a utilização do aparato típico do corporativismo pode ter explicado, ao menos em parte, a rápida reorganização dos sindicatos de trabalhadores após o regime militar (com todos os eventos associados, como a criação de uma central e de um partido político).

Seja como for, nos anos 2000, outra fração da literatura questionou se os sindicatos não se encontravam plenamente adaptados à regulação sindical corporativa – incluindo aqueles que haviam se rebelado contra ela cerca de vinte anos antes (Oliveira, 2003). Afirmou-se que, com o partido político já mencionado assumindo o controle do Estado em âmbito federal após 2002, essa situação acentuou-se ainda mais, com vários representantes das organizações oriundas de 1978 assumindo posições relevantes no aparato de regulação sindical.

De acordo com essa literatura, nos anos 2000, os sindicatos demonstraram pouca atenção a aspectos importantes de sua organização/atuação, como a alteração de seu sistema de custeio, a mudança de sua organização territorial, a alteração de sua sistemática de negociação, a mudança de sua organização nos locais de trabalho e, ademais, a ênfase em uma aproximação com os trabalhadores de suas bases (o que se reflete, ao menos em parte, na afiliação acima examinada).

Especialmente após 2002, ainda segundo essa literatura, os sindicatos concentraram sua atenção em outros aspectos, que se traduziram essencialmente em uma aproximação com o Estado. Entre eles, mencione-se a participação de representantes sindicais na administração de empresas estatais e de fundos também estatais. Dessa maneira, em certa medida, a filiação dos trabalhadores situados nas bases não esteve propriamente no foco dos sindicatos ao longo do período.

Em resumo, essas são apenas algumas hipóteses, situadas em campos distintos, para tentar explicar o descolamento entre a dinâmica laboral e a sindical nos anos 2000. Enquanto a primeira avançou, com novos trabalhadores incorporados ao assalariamento, a segunda não (ao menos não na mesma medida), pois os sindicatos não conseguiram alcançar esses trabalhadores (ou até mesmo não se preocuparam em fazer isso).

Tal fato significou que a fragilidade dos sindicatos, própria dos anos 1990, não pareceu inteiramente “superada” nos 2000. Apesar de a macroeconomia ter colaborado, a microeconomia e a política não fizeram o mesmo. Ainda que a política tenha sido a esfera de maiores possibilidades de atuação dos sindicatos, seja quanto à macro (referente às suas relações com o Estado), seja quanto à micropolítica (em suas relações com as bases sindicais).

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Laís. **O resgate da dignidade**: a greve de 1978 em São Bernardo. 1986. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.
- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BALTAR, Paulo *et al.* **Trabalho no governo Lula**: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. Berlim: Global Labour University, 2010.
- BARBOSA, Alexandre. China e América Latina na nova divisão internacional do trabalho. *In*: LEÃO, Rodrigo; PINTO, Eduardo; ACIOLY, Luciana (Org.). **A China na nova configuração global**: impactos políticos e econômicos. Brasília: Ipea, 2011.
- BERG, Janine. Laws or luck? Understanding rising formality in Brazil in the 2000s. *In*: MCCANN, Deirdre; LEE, Sangheon. **Regulating for decent work**: new directions in labour market regulation. London: Palgrave-Macmillan; Genève: ILO, 2011.
- BERG, Janine; TOBIN, Steven. Income-led growth as a crisis response: lessons from Brazil. *In*: ILO – INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **The global crisis**: causes, responses and challenges. Genève: ILO, 2011.
- BOITO JÚNIOR, Armando. Reforma e persistência da estrutura sindical. *In*: BOITO JUNIOR, Armando (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- \_\_\_\_\_. De volta para o novo corporativismo: a trajetória política do sindicalismo brasileiro. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 23-28, 1994.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. **Economia e sociedade**, Campinas, n. 14, p. 153-174, 2000.

\_\_\_\_\_. Crescimento econômico, expansão do mercado de trabalho formal e distribuição de renda do trabalho: a primeira década do século XXI. **Trabalho em questão**, Salvador, n. 86, p. 43-58, 2010.

\_\_\_\_\_. Brasil: un caso reciente de crecimiento económico con distribución de renta. **Revista de estudios empresariales**, Jaén, v. 1, p. 46-64, 2011.

CACCIAMALI, Maria Cristina; BOBIK, Márcio; CELLI JÚNIOR, Umberto. Em busca de uma nova inserção da América Latina na economia global. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 91-110, maio 2012.

CACCIAMALI Maria Cristina; CURY, Eduardo. **O crescimento do emprego formal com distribuição de renda na América latina persistirá?** São Paulo, FEA/USP, 2012. Mimeografado.

CANO, Wilson. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal: a era Vargas acabou?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

\_\_\_\_\_. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARDOSO, Adalberto Moreira; COMIN, Álvaro Augusto; CAMPOS, André Gambier. As bases sociais do sindicalismo metalúrgico: rumo a um “novo sindicalismo”? *In*: ARBIX, G. (Org.). **De JK a FHC: 40 anos de indústria automobilística no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1997.

CARDOSO JÚNIOR, José Celso. **De volta para o futuro?** As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. Brasília: Ipea, 2007.

CASTRO, Nádyra Araújo (Org.). **A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

CRUZ, Sebastião Velasco. **Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

ERNST, C. Reformas económicas y su impacto socio-laboral en los años noventa: análisis comparativo – Argentina, Brasil y Chile. **Cadernos Prolam/USP**, São Paulo, ano 2, v. 2, n. 3, p. 6-33, 2003.

FIORI, José Luis. **O vôo da coruja: para reler o desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

\_\_\_\_\_. Sistema mundial e América Latina: mudanças e perspectivas. **Projeto de história**, São Paulo, n. 32, p. 55-77, jun. 2006.

HIRATA, Helena (Org.). **Sobre o “modelo” japonês: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho**. São Paulo: Edusp, 1993.

HYMAN, Richard. Los sindicatos y la desarticulación de la clase obrera. **Revista Latinoamericana de estudios del trabajo**, Buenos Aires, ano 2, n. 4, p. 10-28, 1996.

MARINAKIS, Andrés. Explaining Latin America’s robust recovery from the crisis. *In*: ILO – INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **The global crisis: causes, responses and challenges**. Genève: ILO, 2011.

MARONI, Amnéris. **A estratégia da recusa: análise das greves de maio de 1978**. São Paulo: Brasiliense, 1982.



MARTINS, Heloísa de Souza. **O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização asiática. **Revista de economia política**, São Paulo, v. 26, n. 3, p.381-400, jul. 2006.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Brasil: uma estratégia inovadora alavancada pela renda**. Brasília: OIT, 2010.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista/o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PINTO, Eduardo. América Latina na primeira década do século XXI: “efeito China” e crescimento com inclusão. *In*: OICHDPP. **Estudos e análises**. OICHDPP: Brasília, 2013.

PRIES, Ludger; DOMBOIS, Rainer. ¿Un huracán devastador o un choque catalizador? Globalización y relaciones industriales en Brasil, Colombia y México. **Revista latinoamericana de estudios del trabajo**, Buenos Aires, ano 4, n. 8, p. 59-87, 1998.

RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Símbolo, 1979.

SADER, Éder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo entre 1970-1980**. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 1988.

TELLES, Vera. **A experiência do autoritarismo e as práticas instituintes: os movimentos sociais em São Paulo nos anos 70**. 1985. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

TOLEDO, Enrique de la Garza. Las teorías sobre la restructuración productiva y América Latina. *In*: TOLEDO, Enrique de la Garza (Org.). **Tratado latinoamericano de sociología del trabajo**. México (D. F.): El Colegio de México, 2000.